

www.pwc.com.br

Vinci Vida e Previdência S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente***



Relatório da administração

Senhores Acionistas, apresentamos o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Vinci Vida e Previdência S.A. (Companhia). A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social operar planos de previdência complementar aberta e teve homologação pela SUSEP através da Portaria Susep nº 8059, de 24/11/2022, publicada em 30/11/2022 no Diário Oficial da União e iniciou suas operações em abril de 2023.

A Companhia encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 com patrimônio líquido de R\$ 25.063 mil e prejuízo de R\$ 5.101 mil, principalmente em função do início das operações acarretando inicialmente em maiores despesas administrativas

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. presta serviços de auditoria contábil e atuarial externa à Companhia, relacionados aos exames de suas demonstrações financeiras.

A Companhia aproveita a oportunidade para agradecer aos seus colaboradores, parceiros e aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Vinci Vida e Previdência S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vinci Vida e Previdência S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguradora em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Vinci Vida e Previdência S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a



Vinci Vida e Previdência S.A.

extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2024

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Hugo Lisboa Ferreira
Signed By: HUGO LISBOA FERREIRA:10048469750
CPF: 10048469750
Signing Time: 07 February 2024 | 22:29 BRT
ICP-Brasil
Hugo Lisboa Ferreira
Contador CRC 1RJ116875/O-0

Vinci Vida e Previdência S.A.

Balanço patrimonial
Em milhares de reais

Ativos	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	5(a)	12.739	18.170
Aplicações	5(b)	87.753	-
Títulos e créditos a receber			
Títulos e créditos a receber		23	-
Créditos tributários e previdenciários		28	67
Despesas antecipadas		213	-
Total dos ativos circulantes		100.755	18.237
Ativos não circulantes			
Créditos tributários e previdenciários		41	-
Ativos de direito de uso	7	778	1.124
Intangível	6	12.732	2.221
Total dos ativos não circulantes		13.552	3.345
Total dos ativos		114.307	21.582
Passivos e patrimônio líquido	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivos circulantes			
Contas a pagar			
Obrigações a pagar		2.493	158
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		138	40
Encargos trabalhistas	9	176	-
Impostos e contribuições		8	38
Outras contas a pagar - Dividendos a pagar		-	58
Outros débitos			
Passivos de arrendamento	7	302	365
Passivo circulante		3.117	659
Passivos não circulantes			
Provisões técnicas – Seguros			
Vida com cobertura de sobrevivência (VGBL)	8	36.034	-
Provisões técnicas – Previdência complementar			
Planos não bloqueados (PGBL)	8	49.520	-
Outros débitos			
Passivos de arrendamento	7	572	759
Passivos não circulantes		86.126	759
Total dos passivos		89.244	1.418
Patrimônio líquido	10	25.063	20.164
Capital social		30.100	10.100
Aumento de capital (em aprovação)		-	10.000
Reserva de lucros		-	64
Prejuízos acumulados		(5.037)	-
Total do passivo e patrimônio líquido		114.307	21.582

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Demonstração do resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	31 de dezembro de 2023	Período de 13 de junho a 31 de dezembro de 2022
Rendas de contribuições e prêmios de VGBL		11.862	-
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(11.862)	-
Rendas de contribuições e prêmios de VGBL		-	-
Rendas com taxas de gestão e outras taxas		80	-
Despesas gerais e administrativas	11 (a)	(6.695)	(341)
Despesas com tributos		(192)	(50)
Resultado operacional		(6.807)	(391)
Resultado financeiro	11 (b)	1.733	547
Resultado Financeiro, líquido		1.733	547
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(5.074)	156
Imposto de renda e contribuição social	12	(27)	(34)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício / período		(5.101)	122
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em reais)	10 (c)	(0,34)	0,01

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Em milhares de reais

	31 de dezembro de 2023	Período de 13 de junho a 31 de dezembro de 2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício / período	(5.101)	122
Total do resultado abrangente do exercício / período	(5.101)	122

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Vinci Vida e Previdência S.A.**Demonstração da mutação do patrimônio líquido**
Em milhares de reais

			Reservas de lucros			
	Capital Social	Aumento de capital em aprovação	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Subscrição do capital em 13/06/22 (*)	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital:						
Aumento de capital em 16/08/22	-	10.000	-	-	-	10.100
Portaria Susep nº 8.059 de 24/11/2022	10.100	(10.100)	-	-	-	-
AGE de 30/11/22	-	10.000	-	-	-	10.000
Lucro líquido do período	-	-	-	-	122	122
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(58)	(58)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	6	58	(64)	-
Em 31 de dezembro de 2022	10.100	10.000	6	58	-	20.164
Em 1º de janeiro de 2023	10.100	10.000	6	58	-	20.164
Aumento de capital:						
Portaria CGRAJ/Susep nº 1.544 de 24/07/2023	10.000	(10.000)	-	-	-	-
AGE de 26/10/2023	10.000	-	-	-	-	10.000
Portaria CGRAJ/Susep nº 1.842 de 19/12/2023	-	-	-	-	(5.101)	(5.101)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(5.101)	(5.101)
Absorção do prejuízo	-	-	(6)	(58)	64	-
Em 31 de dezembro de 2023	30.100	-	-	-	(5.037)	25.063

(*) Aumento de R\$ 100,00 mediante a emissão de 100 cotas, posteriormente convertidas em ações ordinárias.

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Vinci Vida e Previdência S.A.**Demonstração do fluxo de caixa**
Em milhares de reais

	31 de dezembro de 2023	Período de 13 de junho a 31 de dezembro de 2022
Atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício / período	(5.101)	122
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	1.273	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	34
Outros	103	-
Variações nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(87.753)	-
Títulos e créditos a receber	(23)	-
Despesas antecipadas	(265)	-
Créditos tributários e previdenciários	(2)	(67)
Impostos e contribuições	(2)	97
Obrigações a pagar	2.609	159
Provisões Técnicas	85.554	-
Caixa gerado pelas operações	(3.581)	345
Imposto de renda sobre o lucro pago	(13)	(35)
Contribuição social sobre o lucro pago	(14)	(19)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(3.608)	291
Atividades de Investimento		
Ativo intangível desenvolvido internamente	(11.372)	(2.221)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(11.372)	(2.221)
Atividades de Financiamento		
Aumento de capital	10.000	20.100
Dividendos pagos	(58)	-
Pagamento de Passivo por arrendamento	(393)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	9.549	20.100
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	(5.431)	18.170
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / período	18.170	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício / período	12.739	18.170

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Vinci Vida e Previdência S.A. (“Companhia” ou “Seguradora”) é uma empresa constituída no Brasil em 13 de junho de 2022. Seu endereço é na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2.277, no bairro Jardim Paulistano, Edifício Plaza Iguatemi Business Center, salas nº 1.401 e 1.402, na cidade e Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto social a (a) realização de operações de seguro de pessoas, bem como a instituição e operação de planos de previdência privada aberta; e (b) participação em sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

A Companhia obteve autorização de funcionamento como seguradora de vida e previdência pela SUSEP através da Portaria Susep nº 8059, de 24/11/2022, publicada em 30/11/2022 no Diário Oficial da União e iniciou suas operações em abril de 2023.

A emissão das demonstrações financeiras pela administração da Companhia foi autorizada em 7 de fevereiro de 2024.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação e mensuração

Em consonância à Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações subsequentes, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

Normas novas, alterações e interpretações de normas

. CPC 50 (IFRS 17 - Contratos de seguros) - Essa norma substituirá a orientação sobre contratos de seguros que existe atualmente. A norma reflete a visão de que um contrato de seguro combina características de um instrumento financeiro e de um contrato de serviço. Além disso, muitos contratos de seguros geram fluxos de caixa com variabilidade substancial durante um longo período. De acordo com essa norma, uma entidade retrata a receita pela transferência da cobertura e de outros serviços prometidos a um valor que reflita a contraprestação a qual a entidade espera ter direito em troca de serviços. Isto significa que a entidade exclui da receita de seguro quaisquer componentes de investimento e reconhece a receita de seguro em cada período conforme satisfaz as obrigações de desempenho previstas nos contratos de seguros. O CPC 50 passou a vigorar em 1º de janeiro de 2023, conforme orientação do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). No entanto, a norma ainda não foi aprovada pela SUSEP para aplicação pelas seguradoras brasileiras.

. Circular 666/2022 (Requisitos de Sustentabilidade) - Em junho de 2022, a SUSEP publicou a Circular SUSEP nº 666, que dispõe sobre os requisitos de sustentabilidade a serem observados pelas sociedades seguradoras. O normativo chama a atenção para os riscos de sustentabilidade, de forma a assegurar a efetiva integração no processo de gestão de riscos e estimular que aspectos de sustentabilidade sejam considerados na tomada de decisão das Companhias, com objetivo de fomentar uma atuação cada vez mais resiliente e sustentável do mercado segurador. A norma entrou em vigor em 1º de agosto de 2022, com prazos para adequação até 2025.

. Circular 678/2022 (IFRS 9/Instrumentos financeiros) - O CPC 48/IFRS 9 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações ao IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB, permitiam para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária ao IFRS 9/CPC 48, de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 39/CPC 38, exceto se outra data for requerida ou definida pelos órgãos reguladores. A Administração concluiu que, suas atividades estão predominantemente relacionadas com previdência privada considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Por meio da Circular SUSEP nº 678/2022, o CPC 48 foi recepcionado com vigência a partir de 2 de janeiro de 2024. A administração está avaliando os impactos da aplicação da norma, levando em consideração que os ativos estão mensurados a valor justo, que os produtos comercializados são de prazo certo sem risco de seguro e que a Seguradora está em fase de acumulação, não havendo, portanto, expectativa de reversão total ou parcial de resultados financeiros no período.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Companhia é o Real.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, resgatáveis em até 90 (noventa) dias, a contar da data da contratação.

2.4 Ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço. A Seguradora classifica seus ativos financeiros conforme as seguintes categorias:

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações no valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do exercício. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício conforme incorridos. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título.

Os ajustes diários, positivos ou negativos, das operações no mercado futuro de taxa de juros e índice IBOVESPA são apropriados ao resultado e registrados, respectivamente, na rubrica "Receitas financeiras ou Despesas financeiras".

Os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações no "mercado futuro" estão alocados em um fundo de investimento especialmente constituído, sendo os mesmos avaliados a mercado.

(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros designados no momento da aquisição com esta classificação não são passíveis de negociação, tal designação se dará quando a Seguradora tiver a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa desconsiderando a existência desses títulos.

Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Companhia, de acordo com o vencimento do título; e são avaliados pelo seu valor justo na data da aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos.

(iii) Ativos disponíveis para venda

A Seguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados em uma das outras duas categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é realizado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

(iv) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 (doze) meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como saldo de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Seguradora nesta categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros deduzidos da provisão de redução ao valor recuperável (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidos ao valor faturado através da emissão da apólice, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessário.

2.5 Reconhecimento e mensuração de contratos de seguro

A Companhia classifica como contratos de seguro qualquer acordo por meio do qual o ela se comprometa a garantir ao segurado a indenização contra eventuais riscos referentes a uma pessoa ou coisa, em caso de ocorrência de um sinistro. Os prêmios, as contribuições e os custos de aquisição diferidos são registradas quando do início do contrato, líquidos dos respectivos custos de emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não possuía nenhum contrato com risco de seguro em operação.

2.6 Provisões técnicas

As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as notas técnicas atuariais e normas estabelecidas pela SUSEP. As provisões matemáticas relacionadas a planos de previdência representam o valor das obrigações sob a forma de renda prazo certo, mediante cálculos e premissas atuariais, efetua dos de acordo com notas técnicas atuariais e com a regulamentação vigente (Circular SUSEP nº 648/2021).

Em 26 de Abril de 2023 a Companhia passou a constituir provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) em virtude da comercialização dos planos PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) e VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre), ambos na modalidade de benefício definido e contribuição definida. Os valores atualmente estão divulgados na nota 8.

A PMBaC refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foi iniciada. Particularmente para os planos de previdência das modalidades PGBL e VGBL, a provisão matemática de benefícios a conceder representa o montante de contribuições aportados pelos participantes, acrescido dos rendimentos financeiros auferidos na aplicação dos recursos e deduzidos dos resgates e portabilidades realizados.

2.7 Ativo intangível

Software de computador

As licenças de software de computador adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e colocar em uso o software específico. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos associados à manutenção de programas de computador são reconhecidos como despesa conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis a projetos e teste de produtos de software identificáveis e exclusivos controlados pela Companhia são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável completar o produto de software para que esteja disponível para uso.
- A gestão pretende usá-lo ou vendê-lo.
- Existe a capacidade de usar ou vender o produto de software.
- Pode ser demonstrado como o produto de software irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros.
- Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o produto de software estão disponíveis.
- Os gastos atribuíveis ao produto de software durante seu desenvolvimento podem ser medidos de forma confiável.

Os custos de desenvolvimento capitalizados são registrados como ativos intangíveis e amortizados a partir do momento em que o ativo está pronto para uso. Os métodos e prazos de amortização utilizados pela Companhia para ativos intangíveis estão descritos na Nota 6.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento anteriormente registrados como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são revisados para redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a administração não identificou nenhum evento que pudesse impactar o valor recuperável dos ativos intangíveis.

2.8 Arrendamentos

O custo do ativo de direito de uso deve compreender o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ao valor presente. O passivo de arrendamento deve ser mensurado ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que ainda não foram efetuados. De acordo com CPC, o arrendatário deve apresentar despesas de juros sobre o passivo de arrendamento separadamente do encargo de depreciação para o ativo de direito de uso.

Os ativos de direito de uso estão relacionados à locação de imóvel na cidade de São Paulo para utilização da Companhia. Os contratos de arrendamento por *leasing* transferem parcela substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Os bens objeto desses contratos são reconhecidos como ativos e depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo.

O contrato de locação do imóvel está mensurado pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento descontado a valor presente por indexador existente no contrato considerando a vigência do mesmo. Contratos de aluguel com prazo indeterminado são calculados considerando a média por tempo de permanência de contrato. Os valores atualmente registrados nas linhas de Ativos de direito de uso e Passivos de arrendamento estão divulgados na Nota 7.

2.9 Fornecedores

Estes montantes representam passivos da Companhia realizados antes do final do exercício que não foram pagos. Esses valores geralmente são pagos em até 30 dias após o seu reconhecimento. Os fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo circulante, a menos que o pagamento não seja devido em até 12 meses após o período de relatório. São reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e posteriormente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

2.10 Provisões

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou construtiva como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado.

Quando houver várias obrigações semelhantes, a probabilidade de que uma saída seja exigida na liquidação é determinada considerando a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de uma saída em relação a qualquer item incluído na mesma classe de obrigações possa ser pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa de juros.

2.11 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretação. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos montantes que se espera que sejam pagos às autoridades fiscais.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia reconhece passivos para situações em que seja provável que impostos adicionais sejam devidos. Quando o resultado fiscal final dessas questões for diferente dos valores inicialmente registrados, tais diferenças impactarão os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos no período em que tal determinação for feita.

A provisão de imposto de renda é apurada sobre lucro tributável pela alíquota de 15% e adicional de 10% no que exceder a R\$ 60 trimestralmente, enquanto a contribuição social é apurada pela alíquota de 15%.

No período de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2022, a alíquota vigente para a contribuição social era de 16%, em função da publicação da Lei nº 14.446 de 2 de setembro de 2022.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou quando promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

2.12 Patrimônio líquido

As ações ordinárias são classificadas como patrimoniais.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no patrimônio líquido como uma dedução, líquida de impostos, dos proventos.

Dividendos

A provisão é feita a partir de uma obrigação legal ou para o valor de qualquer dividendo declarado, sendo devidamente autorizado e não mais a critério da Companhia, até o final do período de relatório, mas não distribuído no final do período de relatório.

Lucro por ação

(i) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é dividido por:

- o lucro atribuível aos proprietários da Companhia;
- pela média ponderada de ações em circulação durante o exercício, ajustado pelos elementos de bonificação em ações emitidas durante o exercício e excluindo ações em tesouraria.

(ii) Diluição dos lucros/prejuízos por ação

O lucro/prejuízo diluído por ação ajusta os números usados na determinação do lucro básico por ação para levar em consideração:

- o efeito após o imposto de renda de juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras, e;
- a média ponderada de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

3 Estimativas contábeis e julgamentos

A Companhia faz estimativas e premissas sobre o futuro, com base na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. As estimativas contábeis resultantes, por definição, poderão não ser exatamente iguais aos respectivos resultados reais. Em 31 de dezembro de 2023 as principais estimativas e premissas feitas pela Companhia compreendem a provisão para a mensuração do valor justo de ativos financeiros, estimativas e premissas relacionadas aos fluxos de arrendamento, incluindo a avaliação da taxa contratual aplicada, e a análise da vida útil e *impairment* de ativos intangíveis.

4 Gerenciamento de riscos financeiros

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, e risco de subscrição conforme definidos a seguir: A gestão desses riscos envolve diversos níveis da Companhia e compreende uma série de políticas e estratégias. A gestão de risco da Companhia centra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura mitigar potenciais impactos adversos no seu desempenho financeiro.

4.1 Fatores de riscos financeiros

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do ano atual foram incluídas quando relevantes para adicionar mais informações.

A gestão de risco da Companhia é predominantemente controlada por um departamento de avaliação de risco sob processo e controles aprovados pela administração.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Risco de crédito

(i) Gestão de risco

Em 31 de dezembro de 2023, as perdas de crédito esperadas são consideradas imateriais devido aos curtos vencimentos dos depósitos e à qualidade de crédito da contraparte, que possuem rating de crédito AAA avaliado pela Fitch Ratings. A Companhia não sofreu perdas de caixa e equivalentes de caixa desde a sua criação.

(b) Risco de mercado

(i) Risco de juros

O resultado da Companhia é sensível à maior/menor receita de juros de equivalentes de caixa e fundos de renda fixa como resultado de mudanças nas taxas de juros.

A tabela abaixo resume a sensibilidade das mudanças nas taxas de juros.

	31/12/2023	Impacto Lucro/Prejuízo Período de 13 de junho a 31 de dezembro de 2022
Taxas de juros – aumento de 70 bps	105	28
Taxas de juros – decréscimo de 100 bps	(149)	(40)

* Mantendo todas as outras variáveis constantes.

(c) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de caixa e títulos negociáveis suficientes e a disponibilidade de recursos por meio de linhas de crédito compromissadas em montante adequado para cumprir as obrigações no vencimento e encerrar as posições de mercado. Ao final do exercício, a Companhia mantinha depósitos bancários e certificados de depósito no valor de R\$ 12.739 com expectativa de geração imediata de entradas de caixa para gerenciamento do risco de liquidez.

Esta seção apresenta uma análise de liquidez para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	12.739	18.170
Títulos e créditos a receber	23	-
Obrigações a pagar	(2.493)	(158)
Passivos de arrendamento (circulante e não circulante)	(874)	(1.124)
Exposição ao risco de liquidez	9.395	16.888

Vencimento dos passivos financeiros

As tabelas abaixo analisam os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento relevantes com base em seus vencimentos contratuais para passivos financeiros significativos.

Vencimento dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2023	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Obrigações a pagar	2.493	-	-	2.493
Passivos de arrendamento	302	572	-	874
Total	2.795	572	-	3.367

(d) Risco de subscrição

O risco de subscrição está relacionado com a possibilidade de ocorrência expectativas de perdas da sociedade supervisionada, associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para as provisões técnicas, na ocasião da subscrição das operações de previdência.

O risco é mitigado através de rigorosos processos de seleção e análise de todos os riscos aceitos, realizados por uma equipe especializada nos ramos alvo da Seguradora e que possuem uma extensa atuação profissional no mercado de seguros e previdência.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo demonstra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento baseada nos valores de contribuições de previdência.

Região Geográfica	31/12/2023		
	PGBL	VGBL	Total
Centro Oeste	1	-	1
Sudeste	35.065	35.962	71.027
Nordeste	14.429	9	14.438
Sul	25	63	88
Total	49.520	36.034	85.554

Durante o período de 13 de junho a 31 de dezembro de 2022, não houve contribuições de previdência.

(e) Garantia das provisões técnicas

Ao comparar os saldos das reservas técnicas com os recursos próprios, a disponibilidade da empresa supera a necessidade de recursos para garantia dos compromissos assumidos com nossos clientes.

	31/12/2023
Carteira Própria	2.199
Cotas de fundos de investimentos (Planos PGBL e VGBL)	85.554
Total de ativos dados em garantia	87.753

Provisões técnicas - Seguros e Previdência complementar 85.554

Excedente de ativos vinculados 2.199

5 Composição dos instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Seção	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	(a)	12.739	18.170
Títulos e créditos a receber		23	-
Cotas de fundos de investimentos (Planos PGBL e VGBL)	(b)	85.554	-
Carteira Própria	(b)	2.199	-
Total		100.514	18.170
Passivos financeiros			
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder	(c)	85.554	-
Obrigações a pagar	(c)	2.493	158
Passivos de arrendamento	(c)	874	1.124
Total		88.921	1.282

A exposição da Companhia aos riscos associados aos instrumentos financeiros é demonstrada na Nota 4. A exposição máxima ao risco de crédito no final do período de relatório é o valor contábil de cada classe de ativos financeiros mencionados acima.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Circulante	31/12/2023	31/12/2022
Banco conta movimento	4	-
Certificados de depósitos bancários (i)	12.735	18.170
Total	12.739	18.170

Para fins de apresentação na demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem valores em caixa, depósitos bancários mantidos em instituições financeiras, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos que sejam prontamente conversíveis em montantes de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(i) São compostos por certificados de depósitos emitidos pelo Banco Bradesco (rating de crédito AAA avaliado pela Fitch Ratings) com taxas de juros variáveis de 99,50% a 100,50% do CDI (taxa de depósito interbancário). Os certificados são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Aplicações

Valor justo por meio do resultado	Custo Atualizado	Valor de Mercado Contabilizado	Até 90 dias	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fundos especialmente constituídos - PGBL/VGBL	85.554	85.554	17.440	338	7	67.770
Cotas de Fundos	1.392	1.392	1.392	-	-	-
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	23	23	-	-	7	17
Operação Compromissada	5.947	5.947	5.947	-	-	-
Contrato DI futuro	(340)	(340)	-	(340)	-	-
Contrato futuro de dolar	(10)	(10)	-	(10)	-	-
Contrato futuro Bovespa	679	679	-	679	-	-
Contrato futuro de S&P	10	10	-	10	-	-
Ações	2.454	2.454	2.454	-	-	-
Nota do Tesouro Naciona (NTN-B)	58.871	58.871	2.454	-	-	58.871
Opção	694	694	14	-	-	680
Outros	(556)	(556)	(556)	-	-	-
Letra Financeira do Tesouro	16.390	16.390	8.188	-	-	8.202
Carteira própria	2.199	2.199	1.149	-	-	1.050
Letra Financeira do Tesouro	1.050	1.050	-	-	-	1.050
Operação Compromissada	1.149	1.149	1.149	-	-	-
Total	87.753	87.753	18.589	338	7	68.820

(*) Representam caixa e valores a receber e pagar.

O valor justo das aplicações, foram obtidos a partir dos valores das cotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 S.A. e Selic - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, não havendo títulos mantidos até o vencimento em 2023.

c) Hierarquia do valor justo dos ativos financeiros:

31/12/2023				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Cotas de fundos de investimentos	-	87.752	-	87.752
Certificados de depósitos bancários	-	12.739	-	12.739
Outros*	-	23	-	23
Ativos financeiros – Total	-	100.514	-	100.514

(*) Representam caixa e valores a receber e pagar.

31/12/2022				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Certificados de depósitos bancários	-	18.170	-	18.170
Ativos financeiros – Total	-	18.170	-	18.170

Nível 1 - O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data de balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nível 2 - O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnica de avaliação. Essas técnicas maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que está disponível e confia o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Nível 3 – Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Movimentação Aplicação Financeira	31/12/2023
Aplicações	84.752
Resgates	(10)
Rendimentos	3.012
Total	87.753

6 Ativo intangível

Os ativos intangíveis são compostos por gastos com o desenvolvimento de software para o sistema operacional da Companhia. Com o início das operações em abril de 2023, os benefícios econômicos deste software já estão sendo usufruídos, conforme apresentado em sua amortização.

A Companhia avalia em cada data de relatório se existe indicativo de que um ativo intangível possa não ser recuperável. Não houve indicativo de redução do valor recuperável dos ativos intangíveis para o período findo em 31 de dezembro de 2023. A administração estima que o ativo terá uma via útil de 5 anos.

	31/12/2023	31/12/2022
	Total	Total
Saldo inicial	2.221	-
Adições	11.372	2.221
Amortização	(1.221)	-
Saldo final	12.372	2.221

7 Arrendamentos

Esta nota fornece informações para arrendamentos em que a Companhia é arrendatária.

(i) Valores reconhecido no balanço patrimonial

O balanço patrimonial mostra os referidos valores referentes aos arrendamentos financeiros:

	31/12/2023	31/12/2022
Direto de uso		
Escritório São Paulo	778	1.124
Total	778	1.124
Arrendamento financeiro - passivo		
Escritório São Paulo	(874)	(1.124)
Total	(874)	(1.124)
Curto prazo	(302)	(365)
Longo prazo	(572)	(759)
Total	(874)	(1.124)

A partir de dezembro de 2022 a Companhia assumiu um compromisso de arrendamento, adicionando ao direito de uso e passivo de arrendamento financeiro considerando os fluxos de pagamentos futuros, descontado a valor presente pela taxa de 15% a.a.

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8	Provisões técnicas	31/12/2023
	Ajuste de TAP*	-
	VGBL	36.034
	PGBL	49.520
	Total	85.554
	Saldo início do exercício	-
	Contribuições	11.862
	Portabilidades	70.882
	Atualização monetária	2.820
	Resgates	(10)
	Saldo final do exercício	85.554

*De acordo com a Circular SUSEP nº 648/2021, foram avaliadas as carteiras que compõem as provisões técnicas, ou seja, o segmento de previdência complementar aberta (PGBL) e seguro de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL). O estudo é composto pela projeção dos fluxos dos compromissos assumidos até a data-base e a pela distribuição da liquidação destes compromissos no período futuro, trazida a valor presente pela ETTJ e comparada com as provisões técnicas constituídas.

Neste trabalho técnico, foram avaliados todos os passivos atuariais nos segmentos de riscos operados pela Companhia, que são especificamente as carteiras de planos de acumulação do tipo PGBL e VGB e não foi identificada a necessidade de ajuste nas provisões técnicas para a data-base de 31 de dezembro de 2023.

Não havia saldos de provisões técnicas em 31 de dezembro de 2022.

9	Encargos trabalhistas	31/12/2023
	Férias	129
	FGTS	37
	INSS	10
	Total	176

Não havia saldos de encargos trabalhistas em 31 de dezembro de 2022.

10 Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 13 de junho de 2022, os acionistas da Companhia subscreveram capital social de R\$ 100 através da emissão de 100 cotas.

Em 16 de agosto de 2022, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital de R\$ 10.100.100 através da emissão de 10.100.100 cotas. Esse aumento de capital foi aprovado pela SUSEP em 24 de novembro de 2022.

Em 2 de setembro de 2022 os acionistas decidiram transformar o tipo societário da Companhia de sociedade limitada para sociedade por ações, aprovando a conversão de todas as 10.100.100 cotas em 10.100.100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 30 de novembro de 2022 os acionistas da Companhia aprovaram um aumento de capital de R\$ 10.000.000 através da emissão de 10.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e em 27 de dezembro de 2022 o documento societário foi protocolado na SUSEP para aprovação, posteriormente sendo aprovado em 24 de julho de 2023.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social, autorizado, subscrito e integralizado da Seguradora, é composto de 10.100.100 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 26 de setembro de 2023 os acionistas da Companhia aprovaram um aumento de capital de R\$ 10.000.000 através da emissão de 10.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e em 27 de dezembro de 2023 o documento societário foi protocolado na SUSEP para aprovação, posteriormente aprovado em 19 de dezembro de 2023

A composição acionária da Companhia antes da aprovação do aumento de capital acima descrito é apresentada na tabela abaixo:

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023
Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Acionistas	31/12/2023 Quantidade	31/12/2022 Quantidade
Vinci Holding Securitária Ltda.	30.100.099	20.100.099
Vinci Partners Investimentos Ltda	1	1
Total	30.100.100	20.100.100

b) Dividendos

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os juros sobre capital próprio, quando deliberados e pagos, são atribuídos como de parcela de dividendo mínimo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram pagos aos acionistas o montante de R\$ 58 referente ao exercício de 2022.

c) Lucro (prejuízo) por ação – básico e diluído

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41 – Resultado por ação, a tabela a seguir reconcilia o resultado do período aos montantes usados para calcular o lucro (prejuízo) por ação básico e diluído.

O lucro (prejuízo) por ação básico é computado pela divisão lucro (prejuízo) do período pela média ponderada das ações em circulação no período, considerando a data de aprovação da integralização de capital pela SUSEP.

	31/12/2023	Período de 13 de junho a 31 de dezembro de 2022
O cálculo do lucro (prejuízo) por ação básico encontra-se divulgado a seguir:		
Prejuízo/Lucro do exercício / período	(5.101)	123
Número de ações em circulação	14.867	10.100
Lucro (prejuízo) por ação – básico e diluído (em reais)	(0,34)	0,01

d) Detalhamento do Patrimônio Líquido Ajustado – PLA e exigência de capital

Constata-se que o valor do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da companhia é superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), conforme Resolução SUSEP nº 432 de 12 de novembro de 2021, conforme abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio Líquido	25.063	17.878
Ajustes Contábeis	(12.984)	-
Patrimônio Líquido Ajustado (a + b + c + d)	12.079	17.936
PLA de nível 1 (a)	12.079	17.936
PLA de nível 2 (b)	-	-
PLA de nível 3 (c)	-	-
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e nível 3 (d)	-	-
Ajustes associados à variação dos valores econômicos do PLA	-	-
Capital mínimo requerido (e)	8.100	8.100
Capital de Risco baseado no Risco de Subscrição	26	-
Capital de Risco baseado no Risco de Crédito	517	-
Capital de Risco baseado no Risco Operacional	68	-
Qualidade da cobertura CMR		
a) no mínimo 50% do CMR serão cobertos por PLA de nível 1; (a / e)	149%	221%
b) no máximo 15% do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; (c / e)	0%	0%
c) no máximo 50% serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3 ((b + c) / e)	0%	0%
Suficiência (PLA - CMR) (f = a + b + c + d - e)	3.979	9.836
Suficiência % (f / e)	49%	121%

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Detalhamento das contas das demonstrações do resultado

(a) Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	Período de 13 de junho a 31 de dezembro de 2022
Despesas com pessoal	(3.419)	-
Serviços de terceiros	(1.251)	(180)
Localização e funcionamento	(579)	
Amortizações	(1.273)	-
Outras despesas	(183)	(161)
Total	(6.695)	(341)

(b) Resultado financeiro

	31/12/2023	Período de 13 de junho a 31 de dezembro de 2022
Rendimentos de equivalentes de caixa e carteira própria	1.733	547
Receita com fundos de investimentos (PGBL/VGBL)	2.820	-
Atualização monetária (PGBL/VGBL)	(2.820)	-
Resultado financeiro	1.733	547

12 Imposto de renda e contribuição social

Os resultados inerentes à base de cálculo imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) são apurados através regime de lucro real. O valor apurado para o IRPJ e CSLL sobre o resultado do período é o demonstrado abaixo:

	31/12/2023	Período de 13 de junho a 31 de dezembro de 2022
Prejuízo antes da provisão para IRPJ/CSLL	(5.074)	157
Alíquotas nominais vigentes	40%	40%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	2.030	(63)
Adições e exclusões permanentes	-	14
Prejuízo fiscal	(2.057)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(27)	(34)
Alíquota efetiva	(0,53)%	21,66%

	31/12/2023	Período de 13 de junho a 31 de dezembro de 2022
Impostos de renda diferidos	(16)	(25)
Contribuição social diferidos	(11)	(9)
Total	(27)	(34)

Vinci Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Todos os valores apresentados em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Transações com Partes Relacionadas

A Companhia utiliza a mesma estrutura de custos do Grupo Vinci, onde as despesas com remuneração do pessoal-chave da administração são custeadas pelo grupo.

* * *

Diretor Presidente

Vinicius José de Almeida Albernaz

Diretor Administrativo e Financeiro

Gustavo Rezende Duarte de Miranda Vieira

Atuário

Roberto Carlos Pereira do Lago

MIBA nº 835

Contador

Gloria Cunha dos Santos

CRC – RJ 059.507/O-0

Certificate Of Completion		
Envelope Id: 49B8B85CB5EA4D99B8ABA56B7C18F5A9		Status: Completed
Subject: Complete with DocuSign: DFs Vinci Vida_Dez23V4_final.pdf		
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)		
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables		
Source Envelope:		
Document Pages: 22	Signatures: 1	Envelope Originator:
Certificate Pages: 2	Initials: 0	Luiza Macedo
AutoNav: Enabled		Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º
Envelopeld Stamping: Enabled		andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai
Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia		São Paulo, São Paulo 04538-132
		luiza.macedo@pwc.com
		IP Address: 201.56.164.188
Record Tracking		
Status: Original	Holder: Luiza Macedo	Location: DocuSign
07 February 2024 22:20	luiza.macedo@pwc.com	
Status: Original	Holder: CEDOC Brasil	Location: DocuSign
07 February 2024 22:30	BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team	
	@pwc.com	
Signer Events	Signature	Timestamp
Hugo Lisboa Ferreira	DocuSigned by:  F9E9F354FFDA462...	Sent: 07 February 2024 22:22
hugo.lisboa@pwc.com		Viewed: 07 February 2024 22:28
Partner		Signed: 07 February 2024 22:30
PwC BR		
Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate	Signature Adoption: Pre-selected Style	
	Using IP Address: 134.238.160.120	
Signature Provider Details:		
Signature Type: ICP Smart Card		
Signature Issuer: AC SERASA RFB v5		
Electronic Record and Signature Disclosure:		
Not Offered via DocuSign		
In Person Signer Events	Signature	Timestamp
Editor Delivery Events	Status	Timestamp
Agent Delivery Events	Status	Timestamp
Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp
Certified Delivery Events	Status	Timestamp
Carbon Copy Events	Status	Timestamp
Luiza Macedo	COPIED	Sent: 07 February 2024 22:30
luiza.macedo@pwc.com		Viewed: 07 February 2024 22:30
PwC BR		Signed: 07 February 2024 22:30
Security Level: Email, Account Authentication (None)		
Electronic Record and Signature Disclosure:		
Not Offered via DocuSign		
Witness Events	Signature	Timestamp
Notary Events	Signature	Timestamp

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	07 February 2024 22:22
Certified Delivered	Security Checked	07 February 2024 22:28
Signing Complete	Security Checked	07 February 2024 22:30
Completed	Security Checked	07 February 2024 22:30
Payment Events	Status	Timestamps